MONTE DE PIEDAD Y CAJA GENERAL DE AHORROS DE BADAJOZ
Balanços de Situação consolidados em 31 de Dezembro

ACTIVO	Milhares de euros	
	2007	2006
Caixa e depósitos em bancos centrais	311.733	87.171
Carteira de negociação	1.206	121
Depósitos em entidades de crédito	-	-
Operações do mercado monetário através de entidades de contrapartida	-	-
Crédito à clientela	-	-
Valores representativos de dívida	-	-
Outros instrumentos de capital	-	-
Derivados de negociação	1.206	121
<i>Pro-memória: Prestados ou em garantia</i>	-	-
Outros activos financeiros a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados	10.274	11.456
Depósitos em entidades de crédito	-	-
Operações do mercado monetário através de entidades de contrapartida	-	-
Crédito à clientela	-	-
Valores representativos de dívida	10.274	11.456
Outros instrumentos de capital	-	-
<i>Pro-memória: Prestados ou em garantia</i>	-	-
Activos financeiros disponíveis para a venda	449.276	363.602
Valores representativos de dívida	273.950	242.639
Outros instrumentos de capital	175.326	120.963
<i>Pro-memória: Prestados ou em garantia</i>	73.319	95.302
Investimentos creditícias	3.042.251	3.098.680
Depósitos em entidades de crédito	280.664	617.498
Operações do mercado monetário através de entidades de contrapartida	-	-
Crédito à clientela	2.750.870	2.464.094
Valores representativos de dívida	-	-
Outros activos financeiros	10.717	17.088
<i>Pro-memória: Prestados ou em garantia</i>	-	-
Carteira de investimento a vencimento	67.166	34.588
<i>Pro-memória: Prestados ou em garantia</i>	24.250	23.075
Ajustes a activos financeiros por macro-coberturas	-	-
Derivados de cobertura	1.150	6.181
Activos não correntes em venda	858	965
Depósitos em entidades de crédito	-	-
Crédito à clientela	-	-
Valores representativos de dívida	-	-
Instrumentos de capital	-	-
Activo material	858	965
Resto de activos	-	-
Participações	3.811	2.803
Entidades associadas	3.811	2.803
Entidades multigrupo	-	-
Contratos de seguros vinculados a pensões	-	-
Activos por reassseguros	140	34
Activo material	154.630	136.942
De uso próprio	108.398	95.984
Investimentos imobiliárias	1.371	1.407
Outros activos cedidos em arrendamento operativo	-	-
Afecto à Obra social	44.861	39.551
<i>Pro-memória: Adquirido em arrendamento financeiro</i>	-	-
Activo intangível	1.835	1.807
Fundo de maneio	-	-
Outro activo intangível	1.835	1.807
Activos fiscais	13.612	9.598
Correntes	961	753
Diferidos	12.651	8.845
Periodificações	3.417	3.592
Outros activos	2.166	81
Existências	1.968	-
Resto	198	81
TOTAL ACTIVO	4.063.525	3.757.621

MONTE DE PIEDAD Y CAJA GENERAL DE AHORROS DE BADAJOZ
Balanços de Situação consolidados em 31 de Dezembro

	Milhares de euros	
	2007	2006
<u>PASSIVO</u>		
Carteira de negociação	1.420	174
Depósitos de entidades de crédito	-	-
Operações do mercado monetário através de entidades de contrapartida	-	-
Depósitos da clientela	-	-
Débitos representados por valores negociáveis	-	-
Derivados de negociação	1.420	174
Posições curtas de valores	-	-
Outros passivos financeiros a valor razoável com câmbios na demonstração de resultados	-	-
Depósitos de entidades de crédito	-	-
Depósitos da clientela	-	-
Débitos representados por valores negociáveis	-	-
Passivos financeiros a valor razoável com câmbios em património líquido	-	-
Depósitos de entidades de crédito	-	-
Depósitos da clientela	-	-
Débitos representados por valores negociáveis	-	-
Passivos financeiros a custo amortizado	3.558.892	3.333.726
Depósitos de bancos centrais	-	-
Depósitos de entidades de crédito	41.967	52.117
Operações do mercado monetário através de entidades de contrapartida	-	-
Depósitos da clientela	3.272.826	3.080.272
Débitos representados por valores negociáveis	90.329	113.090
Passivos subordinados	126.536	66.328
Outros passivos financeiros	27.234	21.919
Ajustes a passivos financeiros por macro-coberturas	-	-
Derivados de cobertura	14.487	-
Passivos associados com activos não correntes em venda	-	-
Depósitos de bancos centrais	-	-
Depósitos de entidades de crédito	-	-
Depósitos da clientela	-	-
Débitos representados por valores negociáveis	-	-
Resto de passivos	-	-
Passivos por contratos de seguros	45.730	22.079
Provisões	2.039	10.397
Fundos para pensões y obrigações semelhantes	706	132
Provisões para impostos	7	-
Provisões para riscos y compromissos contingentes	1.166	1.225
Outras provisões	160	9.040
Passivos fiscais	27.838	24.146
Correntes	2.782	4.886
Diferidos	25.056	19.260
Periodificações	9.475	9.537
Outros passivos	56.857	48.771
Fundo Obra social	56.318	48.553
Resto	539	218
Capital com natureza de passivo financeiro	-	-
TOTAL PASSIVO	<u>3.716.738</u>	<u>3.448.830</u>

MONTE DE PIEDAD Y CAJA GENERAL DE AHORROS DE BADAJOZ
Balancos de Situação consolidados em 31 de Dezembro

	Milhares de euros	
	2007	2006
<u>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</u>		
Interesses minoritários	1.326	1.450
Ajustes por avaliação	31.193	22.973
Activos financeiros disponíveis para a venda	31.193	22.973
Passivos financeiros a valor razoável com câmbios no património líquido	-	-
Coberturas dos fluxos de efectivo	-	-
Coberturas de investimentos líquidas em negócios no estrangeiro	-	-
Diferenças de câmbio	-	-
Activos no correntes em venda	-	-
Fundos próprios	314.268	284.368
Capital o fundo de dotação	4	4
Emitido	4	4
Pendente de desembolso no exigido (-)	-	-
Prima de emissão	-	-
Reservas	269.512	253.302
Reservas (prejuízos) acumuladas	269.550	253.360
Remanescente	-	-
Reservas (prejuízos) de entidades avaliadas pelo método da participação	(38)	(58)
Entidades associadas	(38)	(58)
Entidades multigrupo	-	-
Outros instrumentos de capital	-	-
De instrumentos financeiros compostos	-	-
Resto	-	-
<i>Menos: Valores próprios</i>	-	-
Quotas participativas e fundos associados (Cajas de Ahorro)	-	-
Quotas participativas	-	-
Fundo de reservas de quotapartícipes	-	-
Fundo de estabilização	-	-
Resultado atribuído ao grupo	44.752	31.062
<i>Menos: Dividendos y retribuições</i>	-	-
	<u>346.787</u>	<u>308.791</u>
TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
	<u>4.063.525</u>	<u>3.757.621</u>
TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO Y PASSIVO		
PRO-MEMÓRIA		
Riscos contingentes	72.719	68.464
<i>Garantias financeiras</i>	72.719	68.464
<i>Activos afectos a obrigações de terceiros</i>	-	-
<i>Outros riscos contingentes</i>	-	-
Compromissos contingentes	473.827	428.598
<i>Disponíveis por terceiros</i>	383.722	350.104
<i>Outros compromissos</i>	90.105	78.494

MONTE DE PIEDAD Y CAJA GENERAL DE AHORROS DE BADAJOZ
**Contas de Demonstração de resultados Consolidadas
correspondentes aos exercícios anuais terminados em 31 de Dezembro**

	Milhares de euros	
	2007	2006
Juros e rendimentos assimilados	166.143	125.596
Juros e cargas assimiladas	(69.902)	(45.638)
Remuneração de capital com natureza de passivo financeiro	-	-
Outros	(69.902)	(45.638)
Rendimento de instrumentos de capital	7.248	4.100
A) MARGEM DE INTERMEDIAÇÃO	103.489	84.058
Resultados de entidades avaliadas pelo método da participação	1.431	(347)
Entidades associadas	1.431	(347)
Entidades multigrupo	-	-
Comissões percebidas	18.929	19.656
Comissões pagadas	(2.006)	(2.022)
Actividade de seguros	1.807	(181)
Primas de seguros e reassseguros cobradas	27.148	22.503
Primas de reassseguros pagadas	(248)	(81)
Prestações pagas e outras despesas relacionadas com seguros	(2.798)	(829)
Ingressos por reassseguros	99	44
Dotações líquidas a passivos por contratos de seguros	(23.533)	(22.051)
Receitas financeiras	1.281	492
Despesas financeiros	(142)	(259)
Resultados de operações financeiras (líquido)	12.587	15.409
Carteira de negociação	(472)	352
Outros instrumentos financeiros a valor razoável com câmbios em demonstração de resultados	(412)	507
Activos financeiros disponíveis para a venda	13.471	14.803
Investimentos creditícios	-	(82)
Outros	-	(171)
Diferenças de câmbio (líquido)	(11)	(1)
B) MARGEM ORDINÁRIO	136.226	116.572
Vendas e receitas por prestação de serviços não financeiros	2.768	2.137
Custos de vendas	(2.302)	(1.977)
Outros produtos de exploração	3.788	4.398
Despesas de pessoal	(49.750)	(46.769)
Outras despesas gerais de administração	(20.716)	(17.501)
Amortização	(4.778)	(4.584)
Activo material	(4.771)	(4.583)
Activo intangível	(7)	(1)
Outras cargas de exploração	(930)	(853)
C) MARGEM DE EXPLORAÇÃO	64.306	51.423
Prejuízos por deterioro de activos (líquido)	(11.848)	(9.423)
Activos financeiros disponíveis para a venda	(3.693)	(999)
Investimentos creditícios	(7.999)	(8.322)
Carteira de investimento a vencimento	(150)	(102)
Activos não correntes em venda	-	-
Participações	-	-
Activo material	-	-
Fundo de comércio	-	-
Outro activo intangível	-	-
Resto de activos	(6)	-
Dotações a provisões (líquido)	(1.433)	(1.763)
Receitas financeiras de actividades não financeiras	6	6
Despesas financeiros de actividades não financeiras	(5)	(14)
Outras lucros	2.296	1.129
Lucros por venda de activo material	2.013	794
Lucros por venda de participações	78	-
Outros conceitos	205	335
Outras prejuízos	(399)	(321)
Prejuízos por venda de activo material	-	-
Prejuízos por venda de participações	-	-
Outros conceitos	(399)	(321)
D) RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	52.923	41.037
Imposto sobre lucros	(8.414)	(9.953)
Dotação obrigatória a obras e fundos sociais	-	-
E) RESULTADO DA ACTIVIDADE ORDINÁRIA	44.509	31.084
Resultado de operações interrompidas (líquido)	-	-
F) RESULTADO CONSOLIDADO DEL EJERCICIO	44.509	31.084
Resultado atribuído à minoria	243	(22)
G) RESULTADO ATRIBUÍDO AL GRUPO	44.752	31.062

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

O Grupo Consolidado de Caja de Badajoz está composto pela entidade matriz, o Monte de Piedad y Caja General de Ahorros de Badajoz e as seguintes sociedades dependentes: Inmobiliaria Impulso XXI, S.A., Atalaya Inversiones, S.R.L., Cartera de Inversiones Lusitania, S.L., Iniciativas Pacenses, S.A., Agencia de Viajes de Caja de Ahorros de Badajoz, S.A., C. y E. Badajoz Servicios Sociosanitarios S.A., Caja Badajoz Vida y Pensiones, S.A. y BEM Extremadura S.L.

O cenário económico em 2007 tornou-se complexo a partir do verão, a raiz da crise das hipotecas “subprime” de EE.UU. Este episódio de crise creditícia transmitiu-se a todos os mercados financeiros e provocou por sua vez uma crise de confiança nos mercados, uma elevada volatilidade, uma diminuição da liquidez, uma contracção no mercado creditício, etc., factores todos eles que dificultaram a operatória habitual das entidades financeiras. A repercussão final da crise ainda está por concretizar e as previsões económicas para os próximos exercícios têm em conta este nível de incerteza.

Não obstante, a situação na economia nacional continua a ser favorável, pese à desaceleração, tendo-se registado um crescimento do PIB de 3,8% na altura do encerramento do exercício. A inflação, porém, continua em níveis muito elevados, 4,2% em Dezembro, cifra que duplica o objectivo de 2% e que segue prejudicando a competitividade no mercado externo. Relativamente às taxas de juros, o BCE realizou duas subidas no primeiro semestre de 2007, até atingir uma taxa de 4%, referência que continuou invariável o resto do exercício, perante as complexas circunstâncias do mercado.

A dificuldade do cenário económico não foi obstáculo para que a Caja tenha atingido, mais um ano, uns lucros antes de impostos muito satisfatórios, que atingem a cifra de 52.923 milhares de euros, anotando um crescimento inter anual de 28,96%. O resultado consolidado após impostos situa-se em 44.509 milhares de euros, e regista um crescimento de 43,19% relativamente ao ano anterior.

Após a distribuição de lucros, os recursos próprios em base consolidada atingem 477.453 milhares de euros, dando lugar a um coeficiente de solvência de 15,78%, cifra que quase duplica o nível mínimo de 8% exigido pelo supervisor e que se situará novamente entre os coeficientes mais elevados do sector.

O balanço público do grupo situa-se na altura do encerramento de 2007 em 4.063.525 milhares de euros, anotando um incremento inter anual de 8,14%. Os crescimentos das diferentes magnitudes de balanços foram mais moderados que em exercícios anteriores. As circunstâncias do mercado aconselharam medidas de prudência, fomentar a captação de passivo e moderar a concessão do crédito, de cara a garantir o bom funcionamento do sistema financeiro. Estas medidas generalizaram-se no sector no último trimestre de 2007, e além disso uniram-se à desaceleração do mercado imobiliário nacional, o que teve o seu reflexo nas cifras atingidas pelo grupo, que se expõem a seguir.

Os recursos alheios elevam-se a 3.489.691 milhares de euros, após registar um crescimento inter anual de 7,06%, enquanto que os créditos à clientela, com um saldo de 2.750.870 milhares de euros, anotam um incremento de 11,64% relativamente ao ano anterior.

Cabe salientar as Operações Fora de Balanços, isto é os fundos de investimento, fundos de pensões e seguros de vida - poupança, que cada vez representam um maior volume dentro dos recursos de clientes administrados. Estas operações representam na altura do encerramento de 2007 um montante de 356.695 milhares de euros, com um crescimento inter anual superior a 28%.

A carteira de valores, composta pelos capítulos de valores representativos de dívida, outros instrumentos de capital, participações e carteira de investimento a vencimento, atinge uma cifra de 530.527 milhares de euros, experimentando uma variação de 28,63%.

Relativamente à conta de resultados consolidada, a margem de intermediação situa-se em 103.489 milhares de euros, registando um incremento de 23,12%. Considerando os resultados de entidades avaliadas pelo método da participação, as comissões líquidas por prestação de serviços, o resultado derivado da actividade de seguros e de operações financeiras e as diferenças de câmbio, atinge-se uma margem ordinária de 136.226 milhares de euros, que representa um crescimento relativo de 16,86%.

Após minorar as despesas de exploração, que registam uma subida no período do 9,28%, e considerando outros resultados de exploração, obtém-se um margem de exploração de 64.306 milhares de euros, com um incremento relativo de 25,05% relativamente ao ano anterior.

Uma vez considerados os prejuízos líquidos por deterioro de activos, as dotações a provisões e o resto de resultados, obtém-se um lucro antes de impostos de 52.923 milhares de euros. Após impostos, o resultado consolidado situa-se em 44.509 milhares de euros, experimentando uma variação relativamente ao exercício anterior de 43,19%.

Relativamente à análise das políticas e procedimentos utilizados nas operações e actividades que o grupo desenvolve, é preciso salientar que o controle das sociedades que integram o grupo realiza-se desde o Comité de Mercados e o Comité de Participadas, órgãos de gestão internos responsáveis de garantir uma adequada política de riscos mediante a definição das estratégias e planos de negócio das empresas participadas, bem como de realizar o seu seguimento e controle.

A adequada gestão dos diferentes riscos assumidos constitui um objectivo básico para o Grupo Consolidado de Caja de Badajoz. Em particular, desde o Comité de Controle Global de Riscos da entidade matriz, e sob a atenta supervisão da alta direcção, estão a ser postos em funcionamento uma série de actuações englobadas numa política de gestão global de riscos tal como propõe a normativa emanada de Basileia II.

Durante 2007, no seio da Caja de Badajoz, foram modificados procedimentos, aprovados novos manuais de riscos e realizado novos trabalhos para avançar nesta linha, aspectos que se compilam a seguir.

O risco de crédito, o mais importante dos assumidos, é basicamente de natureza retalhista, e está diversificado tanto no que diz respeito a termos geográficos como de clientes. Para a correcta gestão do risco de crédito, a Caja estabeleceu uma metodologia baseada no rigoroso processo de avaliação com uma exaustiva análise das propostas de operações, na sequência dos riscos concedidos e no efectivo controle do reembolso das operações conforme as condições previstas.

O manual de controle de risco de crédito, aprovado em 2007, reflecte os princípios inspiradores da sua gestão, a estrutura organizativa, as políticas e procedimentos aplicados, as faculdades de concessão e delegação de faculdades, os modelos de medição do risco (scoring e rating), o apoio de fontes de informação externas, os processos de seguimento e recuperação, bem como os critérios específicos para a rede de Portugal.

A política geral a aplicar é fixada pela Direcção General e executada dentro da Subdirecção Geral de Negócio, onde se desenvolvem e instrumentam os procedimentos necessários para a gestão do risco de crédito retalhista. O Comité de Investimentos, pela sua parte, é o órgão colegiado que analisa e controla esta matéria de forma periódica.

O investimento creditício classifica-se conforme as características das operações, as contrapartes e as garantias, estabelecendo-se uma série de limites à exposição para cada uma das categorias definidas. Também estabeleceram-se uma série de limites à concentração creditícia para sectores de actividade, bem como com contrapartes individualmente consideradas e com grupos de empresas, cujo controle se realiza de forma periódica pelo Comité de Investimentos.

Em todo o processo de concessão e gestão do risco resulta fundamental dispor de um sistema que integre e ponha a disposição dos diferentes níveis de decisão toda a informação relevante do cliente. Para tal, a Caja dispõe de um processo electrónico para as operações de activo que agrupa toda a informação disponível, tanto interna como externa, controla de forma automática o nível competente para a concessão das operações, em função das faculdades delegadas em cada momento e minimiza os possíveis erros. Em 2007, o processo electrónico foi melhorado com novas funcionalidades que automatizam os procedimentos.

Outra novidade do exercício no âmbito da gestão do risco de crédito foi a implantação das ferramentas de scoring de consumo e hipotecário habitação para particulares e de rating para empresas. Em ambos os casos procedeu-se a integrar nas aplicações da Entidade os novos modelos e se realizaram as labores de formação específicas para a Rede e Serviços Centrais. Actualmente, o parecer oferecido pela ferramenta de scoring é não vinculativo, constituindo um elemento mais de ajuda à decisão, embora o caminho natural a seguir pela Caja será a sua verdadeira integração na gestão de modo que permita agilizar a tomada de decisões. Pela sua parte, a ferramenta de rating de empresas põe a disposição das unidades de negócio uma nova informação à hora de avaliar o risco, outorgando uma qualificação que pondere a qualidade creditícia em base a uma escala interna previamente definida. Finalmente, iniciaram-se os trabalhos de implantação do modelo de rating de promotores imobiliários, num momento que, dada a delicada situação que atravessa o sector, resultará de grande valor para a análise das operações solicitadas por este segmento.

No que diz respeito à gestão do risco de mercado e os seus mecanismos de controle estão sob a responsabilidade do Comité de Mercados da Entidade, e ajustam-se aos diferentes manuais e limites à operatória estabelecidos, alguns deles actualizados no passado exercício. A Caja mantém um moderado nível de risco em instrumentos de mercado e com carácter geral, as posições tomadas respeitam com amplitude os limites internos estabelecidos para as diferentes carteiras. O seguimento de limites realiza-se com periodicidade trimestral, e a gestão das carteiras, a sua composição, etc. está sujeita a um controle constante, supervisionado estreitamente pela Alta Direcção.

A crescente complexidade dos mercados financeiros exige a utilização de modernas ferramentas e aplicações para a medição e controle dos riscos. Por isso a Caja utiliza a metodologia de Valor em Risco (VaR) para a medição do risco de mercado, tendo-se adoptado, no passado exercício, a decisão de modificar o seu modo de cálculo desde o VaR paramétrico ao VaR por simulação histórica.

No âmbito do risco de mercado, também é de salientar a entrada em vigor da Directiva sobre Instrumentos de Mercados Financeiros (MiFID) em Novembro de 2007 e a conseguinte adaptação da Caja nesta matéria, revisão de processos de tratamento de ordens, aprovação de novos manuais e políticas, todos eles disponíveis para a sua consulta na página web corporativa.

Relativamente ao risco de liquidez, a definição da política geral da Entidade nesta matéria emana da Direcção General, a proposta do Comité Controle Global de Risco e é realizada pela Direcção Financeira. Pela sua parte, o Comité de Mercados exerce o controle periódico e estabelece os objectivos anuais.

A Caja dispõe de um modelo de medição estático baseado nas posições do balanço dos instrumentos financeiros conforme o diferente nível de liquidez minorado pelos saldos dos passivos de maior a menor grau de exigibilidade, incluindo os compromissos e disponíveis assumidos contratualmente. Para cada nível estabeleceram-se os correspondentes limites mínimos, cujo seguimento realiza-se mensalmente. Igualmente, a Entidade conta com um modelo dinâmico até um prazo de 360 dias, com as posições residuais de activos e passivos em períodos intermédios, sujeito igualmente a um limite e com seguimento trimestral.

Por outra parte, conta-se com um plano de contingências com a finalidade de cobrir possíveis desfases de liquidez sob condições extremas que possam chegar a afectar à corrente de cobranças e pagamentos da Entidade.

Na altura do encerramento do exercício, a posição líquida de tesouraria da Caja cifra-se em 539.117 milhares de euros, com uma diminuição de 16,69% relativamente ao ano anterior. A Entidade mantém uns ratios de liquidez muito satisfatórios, encontrando-se em posições destacadas no ranking sectorial por este conceito.

Em matéria de risco de juros, a definição da política geral aplicável também é competência da Direcção General, a proposta do Comité de Controle Global de Riscos, o qual fixa os objectivos anuais. Na gestão e controle deste risco utilizam-se técnicas de medição de sensibilidade (gap de sensibilidade) e análises de cenários, estabelecendo-se os limites adequados para evitar a exposição a níveis de riscos elevados. Utilizando ambas as metodologias, e sob umas determinadas hipóteses de partida, obtém-se uma visão do risco de juros que assume a Entidade a curto ou médio prazo perante movimentos nas taxas de juros e o seu impacto sobre a margem financeira. Em 2007 aprovou-se o manual interno de controle correspondente a esta tipologia de risco, estabelecendo os limites apropriados para a sua correcta gestão, bem como o seu plano de contingências.

Finalmente, relativamente ao risco operacional, a Caja continua a participar no projecto sectorial liderado por CECA, no que se estão a desenvolver uma série de ferramentas de avaliação qualitativa, dados de prejuízos, indicadores de risco e planos de acção, todas elas agrupadas num módulo de administração comum. Em 2007 realizou-se o segundo encerramento sectorial da base de dados de prejuízos e procedeu-se a realizar um estudo de

posicionamento da Caja, avaliado pela Alta Direcção. Prevê-se que em 2008 se terminem os desenvolvimentos destas ferramentas, de modo que o modelo de gestão do risco operacional na Caja facilite o conhecimento do risco assumido, as possibilidades de prevenção, os planos de acção correctores das debilidades detectadas e a mitigação razoável dos prejuízos ocorridos.

Em definitiva, em 2008 prevê-se concluir a adaptação da Caja a Basileia II e aos novos requerimentos em matéria de recursos próprios que estabeleça o supervisor. Embora só será um primeiro passo, a partir do qual se poderá evolucionar a futuro a metodologias mais complexas e avançadas, sempre na linha de melhorar a gestão dos riscos e garantir uma adequada gestão dos recursos próprios.

Os membros do Conselho de Administração do Monte de Piedad y Caja General de Ahorros de Badajoz na reunião mantida com data 25 de Janeiro de 2008 formulamos as páginas 1 a 118 ambas inclusive e os Anexos I e II que constituem a memória consolidada do exercício anual encerrado em 31 de Dezembro de 2007, bem como ao balanço de situação, a conta de resultados, o estado de câmbios no património líquido e o estado de fluxos de efectivo, todos eles estados consolidados, integrantes das contas anuais consolidadas na referida data e as páginas 1 a 5 que compreendem o relatório de gestão consolidado e declaram que, até onde alcance o seu conhecimento, as contas anuais consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de contabilidade aplicáveis, oferecem a imagem fiel do património consolidado, da situação financeira consolidada e dos resultados consolidados do Monte de Piedad y Caja General de Ahorros de Badajoz y Sociedades Dependentes e que o relatório de gestão consolidado inclui uma análise fiel da evolução dos resultados empresariais consolidados e da posição do Grupo, junto com a descrição dos principais riscos e incertezas a que se enfrenta.

Badajoz, 25 de Janeiro de 2008

D. José Manuel Sánchez Rojas
Presidente

D. Águeda Antúnez Polo
Secretária

D. Daniel González Lozano
Vogal

D. Antonio González Moreno
Vogal

D. Emilio Cruz Villalón
Vogal

D. Alberto Astorga González
Vogal

D. Miguel Ruiz Martínez
Vogal

D. Jesús Antonio Pérez Lucas
Vogal

Dña. María Josefa Sánchez Castillo
Vogal

D. Juan Manuel Rodríguez Tabares
Vice-presidente Primeiro

D. Vicente Gimeno Benítez
Vogal

Dña. Mercedes Amado Albano
Vogal

Dña. Estrella Gordillo Vaquero
Vogal

D. Felipe Martínez Moreno
Vogal

D. Antonio García Salas
Vogal

D. Alfonso Carlos Macías Gata
Vogal

D. Antonio Rodríguez Carballo
Vogal

D. José Antonio Marcos Blanco
Director Geral

ERNST & YOUNG

**Ernst & Young, S.L.
Torre Picasso
Plaza Ruiz Picasso, 1
28020 Madrid**

**Tel.: 902 365 456
Fax: 915 727 300
www.ey.com/es**

RELATÓRIO DA AUDITORIA ÀS CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS

À Assembleia-Geral da
MONTE DE PIEDAD Y CAJA GENERAL DE AHORROS DE BADAJOZ

1. Fizemos a auditoria das contas anuais consolidadas do MONTE DE PIEDAD Y CAJA GENERAL DE AHORROS DE BADAJOZ (Entidade Dominante) e das Sociedades dependentes, que incluem o balanço de situação a 31 de Dezembro de 2007, a conta de perdas e ganhos, o estado dos fluxos de efectivos, o estado das alterações no património líquido e o memorando, consolidados, correspondentes ao exercício anual que encerrou nessa data, cuja elaboração é da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade Dominante. A nossa responsabilidade é emitir um parecer sobre as referidas contas anuais consolidadas no seu conjunto, com base no trabalho executado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Espanha, que exigem a análise, mediante a execução de provas selectivas, da evidência justificativa das contas anuais e a avaliação da sua apresentação, dos princípios contabilísticos aplicados e das estimativas feitas.
2. De acordo com a legislação comercial, o Conselho de Administração da Entidade Dominante apresenta, para efeitos de comparação, com cada uma das entradas do balanço de situação, da conta de perdas e ganhos, do estado dos fluxos de efectivos, do estado de alterações no património líquido e do memorando, consolidados, além dos valores do exercício de 2007, os valores correspondentes ao exercício anterior. O nosso parecer refere-se, exclusivamente, às contas anuais consolidadas referentes ao exercício de 2007. Com data de 12 de Abril de 2007, emitimos o nosso Relatório de Auditoria referente às contas anuais consolidadas do exercício de 2006, no qual expressámos uma opinião favorável.
3. Na nossa opinião, as contas anuais consolidadas anexas do exercício de 2007 reflectem, em todos os aspectos significativos, a imagem fiel do património e da situação financeira do MONTE DE PIEDAD Y CAJA GENERAL DE AHORROS DE BADAJOZ e Sociedades Dependentes a 31 de Dezembro de 2007 e dos resultados consolidados das suas operações, das alterações no património líquido consolidado e dos seus fluxos de efectivos consolidados, correspondentes ao exercício anual que terminou na referida data, e contêm as informações necessárias e suficientes para a sua interpretação e compreensão adequada, em conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira adoptadas pela União Europeia, que mantêm a uniformidade com as aplicadas no exercício anterior.

4. O relatório de gestão consolidado do exercício de 2007 anexo contém as explicações que o Conselho de Administração da Entidade Dominante considera oportunas sobre a situação do MONTE DE PIEDAD Y CAJA GENERAL DE AHORROS DE BADAJOZ e Sociedades Dependentes, a evolução dos seus negócios e sobre outros assuntos, e não constitui uma parte integrante das contas anuais consolidadas. Verificámos que as informações contabilísticas contidas nesse relatório de gestão consolidado estão conformes com as contidas nas contas anuais consolidadas referentes do exercício de 2007. O nosso trabalho como auditores limita-se à verificação do relatório de gestão consolidado apenas no âmbito mencionado neste mesmo parágrafo e não inclui a revisão das informações que não sejam obtidas a partir dos registos contabilísticos das entidades consolidadas.

ERNST & YOUNG, S.L.

(Inscrita no Registro Oficial de Auditores
de Contas sob nº S0530)

(Assinatura)

Luís M. Blasco Linares

4 de Abril de 2008